



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2020 – SRP

EDITAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - MA, através do PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO designados pela Portaria Nº 7534, de 19 de julho de 2018, publicada no dia 25 de julho de 2018, e Portaria Nº 12.171, de 22 de janeiro de 2020, publicada no dia 30 de janeiro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados que realizará, por meio de sistema eletrônico, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 036/2020, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, de interesse da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº. 02.08.00.1498/2020 – SEMED, conforme descrito neste Edital e seus anexos.

DADOS DO CERTAME	
Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Educação - SEMED	
Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica especializada em fornecimento de Conjunto Escolar Multifuncional, conforme especificações mínimas contidas no Termo de Referência.	
Esclarecimentos: Até 11/09/2020 às 23:59 hrs para o endereço: atendimento@imperatriz.ma.gov.br	
Impugnações: Até 11/09/2020 às 23:59 hrs para o endereço: atendimento@imperatriz.ma.gov.br	
Início da Sessão Eletrônica: 17/09/2020 às 10:00 hrs	
Sistema Eletrônico Utilizado: COMPRASNET	
Endereço Eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br	
UASG: 453204	
Endereço para retirada do Edital: comprasgovernamentais.gov.br e imperatriz.ma.gov.br/licitacoes/	
VALOR ESTIMADO MÁXIMO, DE REFERÊNCIA OU SIGILOSO	Valor: R\$ 4.897.519,50 (Quatro milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos) <input type="checkbox"/> Estimado <input checked="" type="checkbox"/> Máximo <input type="checkbox"/> Referência <input type="checkbox"/> Orçamento Sigiloso.
NATUREZA DO OBJETO	<input checked="" type="checkbox"/> Aquisição <input type="checkbox"/> Serviço <input type="checkbox"/> Obras e Serviços de Engenharia
PARTICIPAÇÃO – MEI / ME / EPP	<input type="checkbox"/> Licitação Exclusiva para MEI / ME / EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06 <input type="checkbox"/> Licitação com itens/grupos cotas de até 25% reservadas para MEI / ME / EPP – Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/06 <input checked="" type="checkbox"/> Licitação de Ampla Participação.
Prazo para envio da proposta/documentação: Até o início da sessão eletrônica.	



INFORMAÇÕES	
Pregoeiro: Whigson de Sousa Cunha Junior.	e-mail: atendimento@imperatriz.ma.gov.br
Endereço: Rua Urbano Santos, nº 1657, Juçara – Imperatriz – MA, CEP: 65900-505.	
Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.	
OBS: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.	

PARTE ESPECÍFICA		
As seguintes Definições da Parte Específica deverão complementar, suplementar ou modificar as informações constantes na Parte Geral.		
Havendo divergência entre as informações constantes na Parte Geral e as Definições da Parte Específica prevalecerão as últimas.		
Número do Item da Parte Geral	Definições da Parte Específica	
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	6.1	Na licitação para registro de preço não é necessário indicar dotação orçamentária, o que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil
MODO DE DISPUTA	9.2	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO <input type="checkbox"/> ABERTO E FECHADO
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	11.9	Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS:	11.22	<input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/> SIM – Prazo para entrega da amostra: 05 (cinco) dias úteis , a contar da convocação, conforme item 11.22 deste Edital.
VALIDADE DA PROPOSTA	12.1.2	As propostas terão validade não inferior a 60 (sessenta) dias , contados da data de abertura da sessão pública estabelecida
VISITA TÉCNICA:	31	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, na forma do item do Termo de Referência
ANEXOS	32	Integram este Edital, e dele fazem parte, além dos Anexos mencionados na Parte Geral desde edital.



1. SUPORTE LEGAL:

- 1.1 Lei Federal nº 10.520/2002;
- 1.2 Decreto Municipal nº 22/2007;
- 1.3 Lei Complementar nº 123/2006;
- 1.4 Lei Complementar nº 147/2014;
- 1.5 Decreto Federal nº 8.538/2015;
- 1.6 Lei n.º 8.666/93; e
- 1.7 Decreto Federal nº 10024/2019
- 1.8 Decreto Federal nº 7.892/2013
- 1.9 Decreto Municipal nº 013/2015

2. DO OBJETO:

2.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição do objeto descrito no campo **DADOS DO CERTAME** deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

2.2 Havendo divergência entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

3. DO PRAZO DA VIGENCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.1 O contrato do objeto da presente licitação vigorará até : 31 (trinta e um) de dezembro do ano do exercício financeiro em que for formalizado o contrato, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

4. DOS ANEXOS:

- a) Anexo I - Proposta de Preços, Termo de Referência e Especificações Técnicas;
- b) Anexo II- Modelo de Carta Credencial;
- c) Anexo III - Declaração a que alude o art. 27º, V da Lei n.º 8.666/93;
- d) Anexo IV - Modelo de Declaração Dando Ciência de que cumprem plenamente os Requisitos de Habilitação.
- e) Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preço
- f) Anexo VI - Minuta do Contrato;

5. DO FUNDAMENTO LEGAL

5.1 A eventual e futura contratação de pessoa *jurídica*, para a aquisição dos materiais, objeto deste Termo de Referência, se enquadra na classificação de bens comuns, e encontra amparo legal pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 022/2007 e Decreto Municipal nº 13 de 31 de março de 2015, Decreto Municipal nº 03 de 21 de Janeiro de 2019, por este Edital e seus anexos, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº 8.666/93 e respectivas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis, que ficam fazendo parte integrante da mesma, independente de transcrição



6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 Na licitação para registro de preço não é necessário indicar dotação orçamentária, o que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 7º, §2º, do Decreto Municipal 013/2015.

7. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

7.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

7.1.1 Poderão participar, ainda deste Pregão Eletrônico as empresas constituídas por consórcio, nos termos do Art. 33 da Lei 8666/93.

7.1.2 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

7.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.3 Informações complementares sobre o credenciamento poderão ser obtidas pelo telefone: 0800 978 9001 ou através do sítio: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

7.4 Não poderão participar desta licitação os interessados:

7.4.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

7.4.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.4.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.4.4 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

7.4.5 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

7.4.6 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

7.5 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

7.5.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



7.5.1.1 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

7.5.1.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

7.5.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

7.5.3 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.5.4 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.5.5 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

7.5.6 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.5.7 Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

7.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e no Edital.

8 DO ENVIO DA PROPOSTA

8.1 O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

8.2 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

8.5 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.5.1 Valor unitário, mensal e total do item;

8.5.2 Marca;

8.5.3 Fabricante;

8.5.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia;

8.5.4.1 Não deverão constar neste campo (**descrição detalhada do objeto**), a marca, o modelo, o fabricante ou qualquer referência à empresa participante do certame. Estas informações deverão ser inseridas no campo próprio destinado pelo sistema compras governamentais para esta finalidade.

8.6 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.7 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.8 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário);

8.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



9 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2 O modo de disputa do referido edital será **ABERTO**;

9.2.1 Modo de Disputa Aberto:

9.2.1.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico quando o modo de disputa for “aberto”, apresentação de lances públicos e sucessivos pelos licitantes, com prorrogações.

9.2.1.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.2.1.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.2.1.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.2.1.5 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.2.2 Modo de Disputa Aberto e Fechado:

9.2.2.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico no modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final aberto.

9.2.2.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.2.2.3 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.2.2.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado



em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.2.2.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.2.2.6 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.2.2.7 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

9.3 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.3.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.3.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.3.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.5 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.6.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

9.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.9 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01.

9.10 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



(3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

9.11 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com o subitem anterior deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

9.11.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.14 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.15 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

9.16 O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.17 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

9.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.20 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



- 9.21** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.22** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.23** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.24** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 9.25** Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.
- 9.26** Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 9.26.1** No país;
 - 9.26.2** Por empresas brasileiras;
 - 9.26.3** Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 9.26.4** Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 9.27** Persistindo o empate entre propostas, será aplicado o sorteio como critério de desempate.
- 9.28** Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 9.29** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



9.30 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

10.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.3 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

10.4 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.5 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

10.5.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.5.1.1 O prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a) poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



10.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.10 Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

11 DA HABILITAÇÃO

11.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1 SICAF;

11.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

11.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.1.4 Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

11.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



11.1.5.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.1.5.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.1.5.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.1.6 Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.1.7 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.2 Não ocorrendo inabilitação, o(a) Pregoeiro(a) consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

11.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

11.3 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

11.4 Caso o(a) Pregoeiro(a) não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **2 (duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

11.4.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

11.5 Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante.



11.6 Habilitação jurídica:

11.6.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.6.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br ;

11.6.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.6.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.6.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.6.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.6.7 No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

11.6.8 No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

11.6.9 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.6.10 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11.7 Regularidade fiscal e trabalhista:

11.7.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas(CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

11.7.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.7.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.7.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.7.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.7.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.7.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.7.8 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.7.9 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.8 Qualificação Econômico-Financeira.

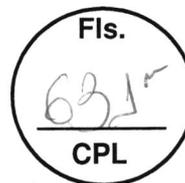
11.8.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

11.8.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

11.8.2.1 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



11.8.2.2 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

11.8.3 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.8.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

11.9 Qualificação Técnica

11.9.1 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

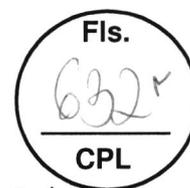
11.9.2 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

11.9.3 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

11.9.4 O(s) licitante(s) vencedor(es) deverá(ão) apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica fornecidos por Pessoas



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Jurídicas de Direito Público ou Privado (inciso II, combinado com o § 4º, tudo do Art. 30, da Lei nº 8.666/93), devendo apresentar atestado(s) que contenham os dados a seguir:

11.9.5 Nome da Licitante, CNPJ, razão social e o domicílio;

11.9.6 Nome da Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado que emitiu o atestado (colocar a Razão Social/nome do órgão e o CNPJ);

11.9.7 Dados do Contrato (ou instrumento semelhante) ou outro instrumento firmado pela Licitante com a Pessoa Jurídica Pública ou Privada;

11.10 Descrição do material fornecido/serviço prestado;

11.10.1 Para fins de aceitação serão considerados os critérios de compatibilidade de características, de acordo com termo de referência.

11.11 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

11.12 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.12.1 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.12.2 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.12.3 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

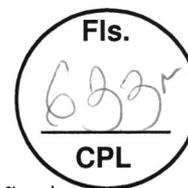
11.13 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

11.13.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11.14 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.15 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.17 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.18 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.19 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.20 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.21 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.22 APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

11.22.1 Encerrada a etapa de lances e declarada provisoriamente à empresa vencedora do certame, esta deverá apresentar amostras, que será avaliada por Comissão da Secretaria Municipal de Educação, designada por portaria específica para tal finalidade, a aceitação do material dar-se-á através da apreciação da amostragem, ou amostra, do kit de material a ser apresentada pela proponente.

11.22.2 A empresa declarada provisoriamente vencedora do certame deverá apresentar amostra conforme termo de referência, no prazo de 5 dias. As amostras deverão atender “in totum” as especificações do Termo de Referência, cabendo ao licitante apresentar uma mostra de cada produto.

11.22.3 A empresa declarada provisoriamente vencedora do certame, deverá disponibilizar acesso remoto para análise de todos os componentes contemplados na proposta para avaliação e emissão de parecer técnico pela Comissão de Avaliação SEMED.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Fls.

694

CPL

11.22.4 A Comissão de Avaliação será formada por 5 (cinco) servidores(as) a serem designados por portaria específica pela autoridade competente da Secretaria Municipal de Educação.

11.22.5 A Comissão de Avaliação do Conjunto Escolar Multifuncional apresentará Parecer Técnico Pedagógico acerca das amostras recebidas a Comissão Permanente de Licitação – CPL, em até 03 (três) dias uteis a contar a partir do recebimento.

11.22.6 Caso seja reprovado pela Comissão de Avaliação, serão convocados os licitantes remanescentes.

11.22.7 A empresa declarada provisoriamente vencedora do certame deverá apresentar:

11.22.8 AMOSTRA DOS MATERIAIS:

itens	Descrição
01	<p>1. Módulo educacional do aluno com pré-disposição para instalação de componentes informatizados e com sistema de regulagem de altura</p> <p>1.1 Tampo em formato retangular e basculante: basculante, constituído em ABS virgem, isento de cargas minerais, injetado; dotado de porcas com flange, com rosca métrica M6, co-injetadas e, de travessa estrutural em nylon “6.0” aditivado com fibra de vidro injetada; aplicação de laminado melamínico de alta pressão, de 0,8mm de espessura, com acabamento texturizado, na face superior do tampo, colado com adesivo bi-componente; dimensões acabadas: 605 x 465 x 22mm (L x P x A), admitindo-se tolerância de até +/- 2mm para a largura e profundidade e de +/- 1mm para a altura. No molde do tampo devem ser gravados o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero, datador de lotes, indicando mês e ano de fabricação, a identificação e o nome da empresa fabricante do componente injetado; no molde da travessa devem ser gravados o datador de lotes, indicando o mês e o ano de fabricação, e o nome da empresa fabricante do componente injetado.</p> <p>1.2 Estrutura interna do tampo: executada em chapa de aço carbono 18 (1,2mm) ou em alumínio com 1,5mm de espessura, contendo peças estampadas, dobradas e soldadas entre si, formando um conjunto único para estruturação do tampo, apoio do monitor e fixação das dobradiças em tinta em pó híbrida epóxi / poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, com espessura mínima aplicada de 40 micrometros na cor PRETA.</p> <p>1.3 Bandeja Inferior: Posicionada abaixo do tampo basculante para acomodar e guardar equipamentos do tipo laptop com telas de até 14” e/ou outros componentes eletroeletrônicos compatíveis com as atividades das disciplinas realizadas na sala de aula. Possui tomada interna para energização de equipamento do tipo laptop ou outros quando utilizado, cabo de segurança em aço com trava de chaves para fixação padrão e segurança de equipamentos do tipo laptops e fechadura do tampo para proteção dos equipamentos quando esses não estiverem em uso. Espaço útil mínimo de 420mm x 330mm x 40mm com o tampo fechado.</p> <p>1.4 Estrutura da Carteira: composta de 2 montantes verticais, sendo 1 em cada lado da carteira, executados em tubos de aço carbono laminado a frio, com costura, cada montante contém 2 tubos de secção oblonga, sendo um de 29x58mm e outro de 20x48mm em chapa 16 (1,5mm) e travessa longitudinal em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção quadrada de 30 x 30mm, em chapa 16 (1,5mm); travessa superior confeccionada em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, curvado em formato de “C”, com secção circular de</p>



$\varnothing = 31,75\text{mm}$ (1 ¼”), em chapa 16 (1,5mm); pés confeccionados em tubo de aço carbono laminado à frio, com costura, secção circular de $\varnothing = 38\text{mm}$ (1 ½”), em chapa 16 (1,5mm); nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas; pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida epóxi / poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, com espessura mínima aplicada de 40 micrometros na cor CINZA.

1.5 Sistema de regulagem de altura da estrutura: constituída de ferragem metálica regulável com 3 níveis de regulagem, embutida de forma invisível nos 2 montantes verticais, sendo, uma ferragem em cada montante, interligando internamente os tubos de secção oblongas de 29x58mm com os de secção oblongas 20x48mm. Sendo que, os tubos de secção menor posicionados na área superior da carteira, deslizam para área interna dos tubos de secção maior posicionados na área inferior da carteira. Canopla executada em polipropileno, para acabamento entre os montantes de secção menor (superior) e maior (inferior) colaborando com a estabilidade da estrutura e auxiliando na regulagem. A regulagem é efetuada de forma manual, sem o auxílio de ferramentas, elevando a parte superior da carteira até o nível desejado ou até o nível mais elevado para destravar o articulador interno e retornar à posição mais baixa. O sistema de regulagem de altura da estrutura permite que o tampo da carteira atinja as alturas 644, 710 e 760mm correspondentes aos tamanhos 04, 05 e 06 em conformidade com a NBR14006 - Móveis Escolares Cadeiras e Mesas para Aluno Individual.

1.6 Articulação do tampo: por meio de 2 dobradiças fixadas na estrutura da carteira e na face inferior do tampo. Possuir sistema de contenção através de travas para evitar o fechamento do tampo em momentos inadequados. Acabamento em pintura epóxi na cor cinza.

1.7 Fixação das sapatas: (frontal e posterior) aos pés através de rebites de repuxo, $\varnothing = 4,8\text{mm}$, comprimento de 12mm;

1.8 Ponteiras e sapatas: em polipropileno copolímero virgem e sem cargas, injetadas, fixadas à estrutura através de encaixe; os moldes das ponteiras e sapatas deverão possuir o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero, datador de lotes, indicando mês e ano de fabricação e o nome da empresa fabricante do componente injetado.

1.9 Sistema elétrico para alimentação: Ligação elétrica efetuada por meio de cabos em sistema de cascadeamento entre uma carteira e outra, ou seja, a interligação se dá através de uma entrada de energia de uma carteira com a entrada de energia da carteira posterior em linha e por fila, até chegar ao ponto de alimentação elétrica gerenciada pelo módulo de controle de corrente posicionado no fundo da sala de aula. Sendo assim, a alimentação elétrica acontece em linha, sendo um ponto de alimentação elétrica por fila de Carteiras.

1.10 Dimensões aproximadas: Largura 607 x Profundidade 465 x Alturas 644 / 710 / 760mm (Dimensões do tampo na posição horizontal)

1.11 CADEIRA:

Assento e encosto: constituído em polipropileno copolímero virgem e sem recargas, injetados, moldados anatomicamente; os moldes do assento e encosto deverão possuir o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero, datador de lotes indicando mês e ano de fabricação e o nome da empresa fabricante do componente injetado.

Estrutura: constituída em tubo de aço carbono laminado à frio, com costura $\varnothing 20,7\text{mm}$, em chapa 14 (1,9mm); nas partes metálicas deverá ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à



	<p>corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas; pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida epóxi / poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, com espessura mínima aplicada de 40 micrometros.</p> <p>Porta-livros: Composto por 02 travessas em tubo de aço Ø7/8”, sendo 01 frontal e 01 traseira, e 05 travessas em aço trefilado de Ø1/4”.</p> <p>Fixação do assento e encosto à estrutura: através de rebites de repuxo.</p> <p>Ponteiras e sapatas: em polipropileno copolímero virgem e sem cargas, fixadas à estrutura através de encaixe e pino expansor; os moldes das ponteiras e sapatas deverão possuir o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero, datador de lotes indicando o mês e ano de fabricação e o nome da empresa fabricante do componente injetado.</p> <p>Dimensões aproximadas: Encosto: Largura 430 x Altura 250mm Assento: Largura 490 x Profundidade 430mm Altura até o assento: 430 mm</p>
02	<p>2. Módulo de controle de corrente elétrica para sala para até 50 mesas simultaneamente</p> <p>Conjunto de componentes elétricos e eletrônicos instalados em painel apropriado e normatizado posicionado sobre tomada elétrica de 20 A existente em parede da sala de aula e fixada na parede por meio de parafusos.</p>
03	<p>3. Caixa de tomadas: Conjunto de componentes elétricos e eletrônicos instalados em painel apropriado (caixa) e normatizado posicionado sobre parede posterior da sala de aula e fixada por meio de parafusos, sendo, uma caixa por fila de carteiras. Cada caixa possui uma tomada de 10A sendo posicionadas em alinhamento com as filas de carteiras, e interligadas entre si e com o Módulo de Controle de Corrente Elétrica com fiação de 2,5mm² e canaleta metálica.</p>
04	<p>4. Estação interativa digital com servidor multimídia e conteúdo pedagógico em sala de aula</p> <p>4.1 Combinação apropriada de hardware computadorizado com alta capacidade de processamento, uma tela de 55 polegadas controlada através de toque em estrutura auto ajustável em altura e ângulo que proporcionará diferentes oportunidades de interação e acessibilidade entre professor e alunos.</p> <p>4.2 Características construtivas: Estrutura única executada em chapa de aço carbono onde todas as ferramentas de aprendizagem são organizadas de maneira prática e lógica. Deverá possibilitar o ajuste de inclinação de tela de 0° a 90° da tela de forma automatizado através de sistemas móveis por acionamento elétricos que proporcionam a livre configuração para melhor acessibilidade e deslocamento através de sistema de 4 rodízios com freios. Variação de altura do centro de tela ajustável entre 0,82 a 1,36 metros através do deslocamento da estrutura de forma automática. Tela de toque colorida com dimensão de 55”, Tecnologia LED. 4.3, Resolução máxima de 1920 x 1080, Brilho de 350cd/m², Contraste 1400:1, Tempo de resposta:8ms, Ângulo de visão: 178°. Computador integrado</p>



com características compatíveis com Processador I5-7200,, Memória RAM de 8G, HD: 500G. Porta HDMI, Porta VGA, Portas USB 2.0 e 3.0, sendo 2 de cada, Porta LAN, Conexão entrada de microfone e saída de autofalantes, Conexão Wifi. Tela com comando através de sistema de toque através de detector infravermelho 10 pontos, Tempo de resposta de 6 ms, Resolução de 32768x32768. Câmera digital integrada. Sistema operacional Windows 10. Atendimento às normas de segurança NR10, NR12 e correlatas.

Objetos digitais interativos: A estação interativa digital deverá dispor desde a sua origem de uma ferramenta apropriada para realizar a gestão e organização dos arquivos e objetos digitais presentes na estação interativa digital e todos aqueles que poderão ser instalados futuramente com a finalidade manter a padronização e a eficiência necessária no uso de espaço disponível no disco rígido e entre as características e funcionalidades principais deste recurso destacam se:

- Ser uma ferramenta de aprendizagem em formato digital com possibilidade de interação com os usuários através de uma divisão de ambientes com acesso prático e lógico.
- Manutenção da segurança no acesso aos arquivos e informações geradas e armazenadas no dispositivo através do acesso pessoal com uso de login e senha.
- Praticidade no contato, manutenção e atualização do sistema pelo provedor através de acesso online quando necessário através do canal de contato com o fornecedor online.
- Disponibilização de um ambiente organizado e padronizado para todos os usuários através de ambientes, janelas, pastas e subpastas organizadas e subdivididas de acordo com a aplicação de cada recurso digital.
- Conjunto de recursos educacionais digitais e atividades referenciadas

○ Licença de uso, perfil professor, de plataforma educacional com oferta de conteúdo e recursos educacionais digitais que promovam a implantação de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TEDIC).

Plataforma de instalação em servidor local apropriado e uso por tempo ilimitado, com propósito de apoiar o professor no processo de ensino baseado em conteúdos e avaliações de forma sequencial pré-estruturada através de trilhas de conteúdo associadas a atividades e avaliações, com informações de progresso do aluno para uso do professor.

Disponibilidade de acesso ilimitado não simultâneo para 01 professor por licença.

Solução para a promoção de aprendizagem significativas, baseada em tecnologias digitais da informação e comunicação, para a implementação de metodologias de ensino ativas alinhadas com o processo de ensino-aprendizagem à realidade dos estudantes e despertar o maior interesse e engajamento dos alunos em todas as etapas do Ensino Fundamental Anos iniciais da Educação Básica.

As atividades propostas deverão ser apresentadas em formato impresso e digitais que serão a fonte interativa de informações e instruções para desenvolvimento propostos. Aplica se nesta ferramenta recursos do tipo games, animações, ações em 2D, 3D, vídeos, questionários e banco de informações.



Os recursos educacionais digitais que compõe a solução deverão promover a interpretação, implementação e experimentação prática de propostas de atividades pautadas em eixos, conceitos e habilidades alinhadas à BNCC e para o desenvolvimento de competências de exploração e de uso das tecnologias nas escolas.

Os eixo e conceitos destacados deverão contemplar:

Eixo: Cultura Digital

- **Conceitos:** Letramento digital, cidadania digital e tecnologia e sociedade.

Eixo: Tecnologia Digital.

- **Conceitos:** Representação de dados, hardware e software e comunicações e redes.

Eixo: Pensamento Computacional.

- **Conceitos:** Abstração, algoritmo, decomposição e reconhecimento de padrões.

Características Técnicas

- Organização de atividades por ano do Ensino Fundamental Anos iniciais e Finais da Educação Básica, sendo do 1º ao 9º.
- Apresentar no mínimo 10 atividades para cada ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais correlacionadas aos conceitos de cada eixo.
- Disponibilizar roteiro do professor impresso compatível com a proposta correlata digital (quando pertinente) para cada atividade com informações que identifiquem a(s) habilidade(s) referente a BNCC e a competência geral BNCC a que está alinhado, bem como a orientação de execução.
- Todos os roteiros impressos deverão estar agrupados em um único volume não consumível.
- Distribuição modularizada de atividades, de forma que elas possam ser combinados e configuradas de diferentes maneiras, para atender a necessidades específicas de cada atividade planejada.
- Utilização “off-line”, dispensa conexão internet.
- Contemplar áreas e subáreas relativas com disponibilidade de acesso a ferramentas e atividades em variados formatos tais como:
 - Conteúdo informativo e complementar: Vídeos e Textos.
 - Conteúdo Interativo: Interatividade 2D e 3D
 - Sistema de avaliações.
- Sistema organizacional e matriz dinâmica que contemple a livre escolha pelo usuário entre todos os eixos e conceitos em atendimento a referência de TEDICs na BNCC para o Ensino Fundamental I e II.

05 Licença de uso, perfil aluno, de plataforma educacional com oferta de conteúdo e recursos educacionais digitais que promovam a implantação de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TEDIC).



Plataforma de instalação em servidor local apropriado e uso por tempo ilimitado, com propósito de apoiar o professor no processo de ensino baseado em conteúdos e avaliações de forma sequencial pré-estruturada através de trilhas de conteúdo associadas a atividades e avaliações, com informações de progresso do aluno para uso do professor.

Disponibilidade de acesso ilimitado não simultâneo para 01 aluno por licença.

Solução para a promoção de aprendizagem significativas, baseada em tecnologias digitais da informação e comunicação, para a implementação de metodologias de ensino ativas alinhadas com o processo de ensino-aprendizagem à realidade dos estudantes e despertar o maior interesse e engajamento dos alunos em todas as etapas do Ensino Fundamental Anos iniciais da Educação Básica.

As atividades propostas deverão ser apresentadas em formato impresso e digitais que serão a fonte interativa de informações e instruções para desenvolvimento propostos. Aplica-se nesta ferramenta recursos do tipo games, animações, ações em 2D, 3D, vídeos, questionários e banco de informações.

Os recursos educacionais digitais que compõem a solução deverão promover a interpretação, implementação e experimentação prática de propostas de atividades pautadas em eixos, conceitos e habilidades alinhadas à BNCC e para o desenvolvimento de competências de exploração e de uso das tecnologias nas escolas.

Os eixos e conceitos destacados deverão contemplar:

Eixo: Cultura Digital

- **Conceitos:** Letramento digital, cidadania digital e tecnologia e sociedade.

Eixo: Tecnologia Digital.

- **Conceitos:** Representação de dados, hardware e software e comunicações e redes.

Eixo: Pensamento Computacional.

- **Conceitos:** Abstração, algoritmo, decomposição e reconhecimento de padrões.

Características Técnicas

- Organização de atividades por ano do Ensino Fundamental Anos iniciais da Educação Básica, sendo do 1º ao 5º.
- Apresentar no mínimo 10 atividades para cada ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais correlacionadas aos conceitos de cada eixo.
- Disponibilizar roteiro impresso compatível com a proposta correlata digital (quando pertinente) para cada atividade com informações que identifiquem a(s) habilidade(s) referente a BNCC e a competência geral BNCC a que está alinhado, bem como a orientação de execução.
- Todos os roteiros impressos deverão estar agrupados em um único volume não



consumível.

- Distribuição modularizada de atividades, de forma que elas possam ser combinados e configuradas de diferentes maneiras, para atender a necessidades específicas de cada atividade planejada.
- Utilização “off-line”, dispensa conexão internet.
- Contemplar áreas e subáreas relativas com disponibilidade de acesso a ferramentas e atividades em variados formatos tais como:
 - Conteúdo informativo e complementar: Vídeos e Textos.
 - Conteúdo Interativo: Interatividade 2D e 3D
 - Sistema de avaliações.
- Sistema organizacional e matriz dinâmica que contemple a livre escolha pelo usuário entre todos os eixos e conceitos em atendimento a referência de TEDICs na BNCC para o Ensino Fundamental Anos Iniciais.

Esta aplicação deverá ser executada em computadores (Windows 7 e posteriores e Linux) através de acesso por rede local e liberação de uso através de dispositivo próprio de segurança do tipo hard lock.

06 Licença de uso, perfil aluno, de plataforma educacional com oferta de conteúdo e recursos educacionais digitais que promovam a implantação de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TEDIC).

Plataforma de instalação em servidor local apropriado e uso por tempo ilimitado, com propósito de apoiar o professor no processo de ensino baseado em conteúdos e avaliações de forma sequencial pré-estruturada através de trilhas de conteúdo associadas a atividades e avaliações, com informações de progresso do aluno para uso do professor.

Disponibilidade de acesso ilimitado não simultâneo para 01 aluno por licença.

Solução para a promoção de aprendizagem significativas, baseada em tecnologias digitais da informação e comunicação, para a implementação de metodologias de ensino ativas alinhadas com o processo de ensino-aprendizagem à realidade dos estudantes e despertar o maior interesse e engajamento dos alunos em todas nas etapas do Ensino Fundamental Anos finais da Educação Básica.

As atividades propostas deverão ser apresentadas em formato impresso e digitais que serão a fonte interativa de informações e instruções para desenvolvimento propostos. Aplica se nesta ferramenta recursos do tipo games, animações, ações em 2D, 3D, vídeos, questionários e banco de informações.

Os recursos educacionais digitais que compõe a solução deverão promover a interpretação, implementação e experimentação prática de propostas de atividades pautadas em eixos, conceitos e habilidades alinhadas à BNCC e para o desenvolvimento de competências de exploração e de uso das tecnologias nas escolas.



Os eixo e conceitos destacados deverão contemplar:

Eixo: Cultura Digital

- **Conceitos:** Letramento digital, cidadania digital e tecnologia e sociedade.

Eixo: Tecnologia Digital.

- **Conceitos:** Representação de dados, hardware e software e comunicações e redes.

Eixo: Pensamento Computacional.

- **Conceitos:** Abstração, algoritmo, decomposição e reconhecimento de padrões.

Características Técnicas

- Organização de atividades por ano do Ensino Fundamental Anos finais da Educação Básica, sendo do 6º ao 9º.
- Apresentar no mínimo 10 atividades para cada ano do Ensino Fundamental Anos Finais correlacionadas aos conceitos de cada eixo.
- Disponibilizar roteiro impresso compatível com a proposta correlata digital (quando pertinente) para cada atividade com informações que identifiquem a(s) habilidade(s) referente a BNCC e a competência geral BNCC a que está alinhado, bem como a orientação de execução.
- Todos os roteiros impressos deverão estar agrupados em um único volume não consumível.
- Distribuição modularizada de atividades, de forma que elas possam ser combinados e configuradas de diferentes maneiras, para atender a necessidades específicas de cada atividade planejada.
- Utilização “off-line”, dispensa conexão internet.
- Contemplar áreas e subáreas relativas com disponibilidade de acesso a ferramentas e atividades em variados formatos tais como:
 - Conteúdo informativo e complementar: Vídeos e Textos.
 - Conteúdo Interativo: Interatividade 2D e 3D
 - Sistema de avaliações.
- Sistema organizacional e matriz dinâmica que contemple a livre escolha pelo usuário entre todos os eixos e conceitos em atendimento a referência de TEDICs na BNCC para o Ensino Fundamental Anos Finais.

Esta aplicação deverá ser executada em computadores (Windows 7 e posteriores e Linux) através de acesso por rede local e liberação de uso através de dispositivo próprio de segurança do tipo hard lock.



07 **Conjunto de recursos educacionais de interação formado por:**

- 01 Recurso de interação por realidade aumentada para atividades vinculadas com a matemática e Tangram. Utilização de aplicativo de inteligência de interpretação de imagens instalável em dispositivos do tipo smartphones ou tablets com sistema IOs ou Android. A proposta deverá contemplar o fornecimento de material impresso, suporte para dispositivos, manual de utilização e recurso físico direcionador de câmera por espelhamento de imagens para reconhecimento de objetos impressos.
- 01 Recurso de interação por realidade aumentada para atividades vinculadas com exploração de temas relacionados a ciências e animais através de 24 cartas de imagens e 24 cartas de questões relacionadas ao tema. Utilização de aplicativo de inteligência de interpretação de imagens instalável em dispositivos do tipo smartphones ou tablets com sistema IOs ou Android. A proposta deverá contemplar o fornecimento de material impresso, suporte para dispositivos, manual de utilização e recurso físico direcionador de câmera por espelhamento de imagens para reconhecimento de objetos impressos.
- 01 Recurso de interação por realidade aumentada para atividades vinculadas com exploração de temas relacionados a língua estrangeira, inglês, e sua fonética através de 52 cartas de imagens de letras do alfabeto e 50 cartas interativas de jogos relacionadas ao tema. Utilização de aplicativo de inteligência de interpretação de imagens instalável em dispositivos do tipo smartphones ou tablets com sistema IOs ou Android. A proposta deverá contemplar o fornecimento de material impresso, suporte para dispositivos, manual de utilização e recurso físico direcionador de câmera por espelhamento de imagens para reconhecimento de objetos impressos.
- Conjunto de recursos educacionais para exploração de metodologia Maker e STEAM (Ciências, Tecnologias, Engenharia, Artes e Matemática, formado por peças de MDF montáveis através de encaixe, componentes eletro-eletrônico quando pertinente e roteiro de instruções com o propósito de:
 - Sistema de exploração de orbitas do Sol e Lua em relação ao planeta Terra, formado por estrutura física em MDF e acessórios de isopor. Armazenado em caixa de papelão com dimensões aproximadas de 16,5x16,5x5,5 cm.
 - Conjunto de interpretação de sistemas de transferência de dados e telégrafos, formado por estrutura física em MDF, suporte de pilhas e placas eletrônicas. Armazenado em caixa de papelão com dimensões aproximadas de 16,5x16,5x5,5 cm.
 - Sistema de detecção sísmica com sensor de vibração, formado por estrutura física em MDF, suporte de pilhas e placas eletrônicas. Armazenado em caixa de papelão com dimensões aproximadas de 16,5x16,5x5,5 cm.
 - Sistema de estudo de geradores elétricos formado por estrutura física em MDF, motor gerador DC, LEDs indicadores e placas eletrônicas. Armazenado em caixa de papelão com dimensões aproximadas de 16,5x16,5x5,5 cm.
 - Sistema de estudo de transferência de energia por meios pneumáticos/hidráulicos, construção de uma escavadeira por estrutura física em MDF, cânulas de transferência de fluidos e seringas. Armazenado em caixa de papelão com dimensões aproximadas de 16,5x16,5x5,5 cm.
 - Sistemas automatizado de geração de bolhas de sabão formado por estrutura física em MDF, matriz de formação de bolhas em plástico e acessórios. Armazenado em caixa de papelão com dimensões aproximadas de 16,5x16,5x5,5 cm.



	<ul style="list-style-type: none">○ Sistema de estudo de controle de tráfego formado por estrutura física em MDF, LEDs indicadores e placas eletrônicas. Armazenado em caixa de papelão com dimensões aproximadas de 16,5x16,5x5,5 cm.○ Sistema de estudo carrossel formado por estrutura física em MDF, compoennets plásticos, motor DC e suporte para pilhas. Armazenado em caixa de papelão com dimensões aproximadas de 16,5x16,5x5,5 cm.
08	<p>Impressora 3D de prototipagem rápida com as seguintes características mínimas:</p> <p>Uso da tecnologia de fabricação por filamento fundido; interface USB; Tensão de operação bi volt 110 v/220v;</p> <p>Zona de impressão: 220 x 220 e alutra de 240 mm.</p> <p>Precisão mínima com relação à altura de camadas de 0,4mm;</p> <p>Utilizar ABS/PLA com diâmetro de 1,75mm. Mesa com controle de aquecimento, 01 bico de extrusão, temperatura máxima de fusão de 100°C.</p> <p>Peso 8 Kg, dimensões aproximadas: 40x50x45 cm.</p> <p>Garantia de 12 meses.</p>
09	<p>Recurso educacional para estudo e prática de linguagem de programação.</p> <p>Solução proposta para aplicação no Ensino Fundamental I e II da Educação Básica e composta por um robô capaz de ler e interpretar códigos impressos em blocos de codificação impressos, 02 mapas de programação, 45 cartas de blocos de codificação, 05 cartas de funcionamento básico do robô e mapas de labirinto e linha e roteiros para organização de propostas pedagógicas. A aplicação é baseada na proposta de programação Scratch, onde um robô eletétrico fabricado em material plástico ABS com capacidade de deslocamento autônomo através de motores e de leitura e interpretação de códigos mapeados em sequencia de cartas definie a rotina deste.</p>
10	<p>Conjunto de mesa e cadeira para professor padrão CJP-01</p> <p>Conjunto Escolar de mesa e cadeira padrão FNDE CJP-01 – composto de:</p> <p>9.1 Mesa:</p> <p>Tampo em MDP ou MDF, com espessura de 18 mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8 mm de espessura, acabamento texturizado, na cor CINZA, cantos arredondados.</p> <p>Dimensões acabadas de 250 mm (altura) x 1119 mm (comprimento) x 18 mm (espessura) +/- 2 mm para largura e comprimento e +/-0,6 mm para espessura.</p> <p>9.2 Cadeira:</p> <p>Assento e encosto em polipropileno copolímero virgem e sem cargas, injetados, moldados anatomicamente, pigmentados na cor CINZA.</p>



11 Quadro branco para sala de aula:

Lousa para escrita manual e para projeção de imagens, área branca com diagonal mínima para projeção de 77 polegadas (formato: 4:3). Suporte para apagador com cantos arredondados, removível e deslizante com aproximadamente 40cm de comprimento, com sistema de fixação invisível.

Dimensões Externas Aproximadas:

Largura 1.800 x Altura 1.350mm

12 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico e deverá:

12.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.1.2 Prazo de validade da PROPOSTA, não inferior a 60 (*sessenta*) dias a contar da data da sua apresentação, ou seja, da data da Sessão Pública a ser designada pela Comissão Permanente de Licitação.

12.1.3 A planilha contendo o orçamento estimado para a contratação, a qual deverá ser adotada para a formulação da proposta de preços, apresenta-se no Anexo I - do Termo de Referência.

12.1.4 Planilha de composição de custos e formação de preços de cada cargo ofertado conforme modelo do Anexo II do Termo de Referência.

12.1.5 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.1.6 *Conter os dados da empresa, razão social, número do CNPJ, endereço, contatos e dados do representante legal.*

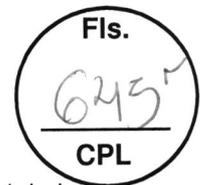
12.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



12.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13 DOS RECURSOS

13.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1 Nesse momento o(a) Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

14 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail e imprensa oficial de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do(a) Pregoeiro(a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16 DO REGISTRO DE PREÇO

16.1 O Sistema de Registro de Preços (SRP) é o conjunto de procedimentos para o registro formal de preços, relativo à aquisição de bens e serviços, visando a eventuais e futuras aquisições da Administração Pública.

16.2 A Ata de Registro de Preço é um documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso para a futura contratação/aquisição, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgão participantes, conforme especificações contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas apresentadas pelos licitantes, conforme exigências editalícias.

16.3 A descrição e quantidades constantes no Termo de Referência contém a estimativa máxima para fornecimento em um (01) ano, e em conformidade com a legislação, não obrigando o Município de Imperatriz a contratar/adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a não aquisição.

16.4 O presente Registro de Preços terá validade de um (01) ano, a contar da data de assinatura da respectiva ARP.



16.5 A existência de Registro de Preço não obriga a Administração a firmar as contratações que delas poderão advir, facultando-lhe a realização de procedimento específico para a execução dos serviços pretendidos, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade e de condições.

16.6 Homologado o resultado do certame, a Comissão Permanente de Licitação convocará os interessados para assinatura da ARP, no prazo de até 05 (cinco) dias, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas, observados os requisitos de publicidade e economicidade.

16.7 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de xx dias, a contar da data de seu recebimento.

16.8 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.9 A aquisição dos produtos/prestação dos serviços junto ao fornecedor registrado será formalizada pelos Órgãos Integrantes da ARP, conforme consta do Termo de Referência, através de requisição formal, ou similar, no que couber.

16.10 Caso o proponente vencedor não atenda à convocação, nos termos referidos no item anterior, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta, ou revogar o lote, ou licitá-lo.

17 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES

17.1 Órgãos Participantes - Integram a Ata de Registro de Preço a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED , tendo como Órgão Gerenciador do presente SRP a Superintendência de Registro de Preço desta Comissão Permanente de Licitação - CPL.

17.2 Órgãos não participantes - todos os demais órgãos da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, conselhos escolares, empresas públicas, sociedades de economia mista, conselhos municipais e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Município.

18 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços os órgãos participantes ou qualquer outro órgão/entidade da Administração Pública Municipal que não tenha



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



participado do certame objeto deste Edital, mediante prévia consulta a Superintendência de Registro de Preço desta Comissão Permanente de Licitação, desde que devidamente comprovada a vantagem, respeitado o limite contido no Decreto Municipal nº 13, de 31 de março de 2015.

18.2 Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto a Comissão Permanente de Licitação, para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

18.3 O fornecedor registrado fica proibido de firmar contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sem prévia autorização do Órgão Gerenciador.

18.4 Caberá aos fornecedores beneficiários da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento aos não participantes que solicitem adesão à Ata de Registro de Preços acima do quantitativo previsto, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas, respeitado o disposto no Decreto Municipal nº 13, de 31 de março de 2015.

18.5 As solicitações de adesão, concessão de anuência pelo fornecedor e autorização do órgão gerenciador serão realizadas por meio de ofício emitido pela presidência do órgão gerenciador.

19 DA EXCLUSÃO DO FORNECEDOR REGISTRADO

19.1 O licitante registrado terá seu registro cancelado quando:

19.1.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.

19.1.2 Não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

19.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

19.1.4 Tiver presentes razões de interesse público.

19.1.5 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do *caput* do Decreto Municipal nº 13, de 31 de março de 2015, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizada por despacho da Presidência da CPL.

19.1.6 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado.



20 DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Compete ao órgão Gerenciador:

- A. Praticar todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços- SRP;
- B. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- C. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos.
- D. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;
- E. Aplicar as sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes de descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, ou das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- F. Realizar, periodicamente, pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados;
- G. Registrar no Portal de Compras a ata de registro de preço;
- H. Respeitar a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata nas contratações dela decorrentes;
- I. Compete aos órgãos interessados e não participantes:
- J. Manifestar intenção de compra por meio ofício ao Órgão Gerenciador;
- K. Contratar os produtos obedecendo ao quantitativo registrado, por meio de instrumento contratual, conforme minuta anexa ao edital, em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

21 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

21.1 Após a homologação da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação, convocará, no prazo de 05 (cinco) dias, o (s) declarado (s) vencedor (es) para assinatura da Ata de Registro de Preços.

21.2 Sempre que o beneficiário não atender à convocação para contratar, sem prejuízo da sanção que a ele possa ser imposta, é facultado à Administração, dentro do prazo e das condições estabelecidos, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições, ou revogar a licitação.

21.3 A Ata de Registro de Preços, publicada no site do município, aperfeiçoará o compromisso de execução nas condições estabelecidas no Edital, terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

21.4 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida,



assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, nos termos do Decreto Municipal nº 13, de 31 de março de 2015.

22 DA CONTRATAÇÃO

22.1 Homologado o julgamento, será elaborado o Contrato em favor do(s) licitante(s) vencedor(es), o qual será convocado para firmar a avença.

22.2 O(s) licitante(s) vencedor (es) terá(ão) um prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez, a critério da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED, para atender à convocação prevista no item anterior.

22.3 Se o(s) licitante(s) vencedor(es) não apresentar(em) situação regular ou recusar-se a executar o objeto licitado, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no subitem acima.

22.4 Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto da presente licitação, a associação da contratada com outrem e a cessão ou transferência, total ou parcial.

23 DO REAJUSTE

23.1 Os valores estipulados neste termo serão reajustados a fins de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos.

23.2 Os reajustes se darão por meio de Termo Aditivo, sendo necessário anotar no processo administrativo da CONTRATANTE a origem e autorização do reajuste e os respectivos cálculos, além dos requisitos formais estabelecidos pela Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos.

24 EXECUÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

24.1 Os critérios de execução do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

25 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

25.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

26 DO PAGAMENTO



26.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

27 DAS SANÇÕES

27.1 A licitante será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Imperatriz e será descredenciado no cadastro de fornecedores da Prefeitura, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

27.1.1 Cometer fraude fiscal;

27.1.2 Apresentar documento falso;

27.1.3 Fizer declaração falsa;

27.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

27.1.5 Não assinar o contrato no prazo estabelecido;

27.1.6 Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

27.1.7. Não manter a proposta.

27.2 Para os fins da Subcondição **27.1.4**, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97, da Lei nº 8.666/93 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

28 DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

28.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico **indicado no tópico "DADOS DO CERTAME"**, até às 23:59 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

28.2 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

28.3 Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro(a) até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico **indicado no tópico "DADOS DO CERTAME"**, até as 23:59 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

28.4 Para a resposta dos esclarecimentos e o julgamento das impugnações o Pregoeiro será auxiliado pelo setor técnico competente.

28.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



28.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

28.7 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no mural do Comprasnet e no site da CPL e vincularão os participantes e a Administração.

29 DA RESCISÃO DO CONTRATO

29.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93.

29.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

29.3 A rescisão do contrato poderá ser:

29.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78 da Lei 8.666/93, notificando-se a contratada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias; ou

29.3.2 Constitui ainda motivo para rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, o não pagamento de salários e verbas trabalhistas, bem como o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS.

29.3.3 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED; ou Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

29.3.4 Constituem, ainda, motivo para rescisão do contrato, assegurados ao contratado o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o artigo 78, incisos XIV a XVI da Lei Federal no 8.666/93:

29.3.5 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente previstas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

29.3.6 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED, decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

29.3.7 A não liberação, por parte SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED, de área, local ou objeto para a execução dos serviços nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

29.3.8 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- a) Devolução de garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.
- d) A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

29.4 Ficam reconhecidos os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93.

30 DA VISITA TÉCNICA

30.1 A exigência de visita técnica será discriminada na Parte Especifica deste Edital.

31 DOS ANEXOS

31.1 Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos:

- a) Anexo I - Proposta de Preços, Termo de Referência e Especificações Técnicas;
- b) Anexo II- Modelo de Carta Credencial;
- c) Anexo III- Declaração a que alude o art. 27º, V da Lei n.º 8.666/93;
- d) Anexo IV - Modelo de Declaração Dando Ciência de que cumprem plenamente os Requisitos de Habilitação
- e) Anexo V - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- f) Anexo VI- Minuta do Contrato;

32 DO FORO

32.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Imperatriz, Estado do Maranhão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



33 DISPOSIÇÕES FINAIS

33.1 A Autoridade Competente do Órgão Requisitante compete anular este **Pregão**, devidamente motivada, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

33.1.1 A anulação do **Pregão** induz à do contrato.

33.1.2 As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

33.2 É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão** promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação nos termos do **§ 3º art. 43, da Lei 8.666/93**.

33.3 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

33.3.1 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.

33.4 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

33.5 Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

33.6 Nos casos de divergência ou dúvida entre o texto do TERMO DE REFERÊNCIA e o texto do Edital, prevalecerá, no julgamento objetivo das propostas e documentos, o texto do Edital.

33.7 Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da CPL, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



33.8 Este Edital será disponibilizado a qualquer interessado, através dos sítios www.comprasgovernamentais.gov.br e www.imperatriz.ma.gov.br/licitacoes, no link "Central de Licitações – Pregão Eletrônico".

33.9 Os licitantes ficam informados sobre os termos da **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção)**, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, **ao constante no art. 5º, inciso IV**, correspondente aos procedimentos licitatório, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

33.10 Em se tratando de certame que seja para aquisição de bens de natureza divisível, que possua cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte:

33.10.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

33.10.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

33.10.3 Nas licitações o instrumento convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

Imperatriz – MA, 26 de Agosto de 2020

José Antônio Silva Pereira
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/ 2020 - CPL

ANEXO I

(Proposta de Preços e Termo de Referência)

_____ de ____ de 2020.

Prezados Senhores,

_____ (empresa), com sede na cidade de _____, na Rua _____, nº _____, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, neste ato representada por _____, portador do CPF nº _____ e RG nº _____, abaixo assinado, propõe a Secretaria Municipal de Administração e Modernização, os preços infra discriminados, para a aquisição eventual e futura de Material Permanente (mobiliário em geral, equipamentos gráficos, aparelhos e utensílios domésticos), para atender as necessidades da Administração Municipal (Administração Geral). conforme Anexo I – Especificações Técnicas, objeto do pregão eletrônico nº 039/2020-CPL:

- a) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua abertura.
- b) A execução do objeto terá início logo após o recebimento da “Ordem de FORNECIMENTO”, emitida pela Contratante.
- c) Preço Total por extenso R\$ (.....).

Nome, Assinatura do Responsável da Empresa



ANEXO II

(MODELO)

(Papel timbrado do Concorrente)

CARTA CREDENCIAL

Imperatriz (MA), _____ de _____ de 2020.

A(O)

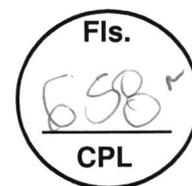
PREGOEIRO(A) MUNICIPAL

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2020 -CPL.

O abaixo-assinado, responsável legal pela Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na rua _____, vem pela presente informar a Vs. Sas. que o Sr. _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, é designado para representar nossa empresa na Licitação acima referida, podendo assinar atas e demais documentos, interpor recursos e impugnações, receber notificação, tomar ciência de decisões, assinar propostas e rubricar documentos das demais licitantes, recorrer, desistir da interposição de recursos, acordar, formular lances verbais, enfim, praticar todos os atos inerentes ao certame.

Atenciosamente,

Nome, Identidade e Assinatura do Responsável Legal



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2020-CPL

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INC. V DO ART. 27 DA LEI 8.666 / 93

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ/MF sob nº _____ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2020-CPL



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Declaramos, para efeito de participação no processo licitatório Pregão Eletrônico nº 036/2020-CPL, realizado pela Prefeitura Municipal de Imperatriz, e conforme exigências legais, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação.

A presente declaração é feita sob as penas da Lei.

Imperatriz(MA), ___ de _____ de 2020.

Representante Legal da Empresa



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2020 - CPL

ANEXO V
(MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2020

A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**, vinculada ao gabinete do Prefeito, criada pela instituída pelo Decreto nº 044, de 31 de julho de 1997 e suas alterações posteriores, com sede e foro na cidade de Imperatriz/MA, com sede à Rua Urbano Santos, 1657 - Bairro Juçara – Imperatriz – MA - CEP 65.900-505, neste ato representado **Presidente, Sr. Francisco Sena Leal**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 0000333957946 – SESP MA e do CPF nº 175.296.203-63, nomeado por meio da Portaria nº 12.056, de 22 de Janeiro de 2020, publicada em 22/01/2020, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto Municipal nº 27 de 04 de julho de 2014, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 036/2020**, publicada no dia xx de xxxxx e 2020, abertura da sessão em xxxxxx de 2020, às xx:00h (quatorze horas), **Processo Administrativo 02.08.00.1498/2020**, resolve registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 022/2007, Decreto Municipal nº 13 de 31 de março de 2015, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por Contratação de pessoa jurídica especializada em fornecimento de Conjunto Escolar multifuncional, conforme especificações mínimas contidas neste Termo de Referência, conforme Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 036/2020, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E FORNECEDORES

2.1 Do quantitativo

Itens	Cod. Comprasnet	Descrição	Unidade	QTD ORGÃO PARTICIPANTE	QTD ORGÃO NÃO PARTICIPANTE
01	468919	Conjunto Escolar multifuncional, conforme especificações mínimas contidas no Termo de Referência e anexo I	UNIDADE	30	60



Itens	Cod. Comprasnet	Descrição	Unidade	QTD PARA COMPOSIÇÃO DE UMA SALA MULTIFUNCIÓNAL
01	464971	<p>4. Módulo educacional do aluno com pré-disposição para instalação de componentes informatizados e com sistema de regulagem de altura</p> <p>1.11 Tampo em formato retangular e basculante: basculante, constituído em ABS virgem, isento de cargas minerais, injetado; dotado de porcas com flange, com rosca métrica M6, co-injetadas e, de travessa estrutural em nylon “6.0” aditivado com fibra de vidro injetada; aplicação de laminado melamínico de alta pressão, de 0,8mm de espessura, com acabamento texturizado, na face superior do tampo, colado com adesivo bi-componente; dimensões acabadas: 605 x 465 x 22mm (L x P x A), admitindo-se tolerância de até +/- 2mm para a largura e profundidade e de +/- 1mm para a altura. No molde do tampo devem ser gravados o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero, datador de lotes, indicando mês e ano de fabricação, a identificação e o nome da empresa fabricante do componente injetado; no molde da travessa devem ser gravados o datador de lotes, indicando o mês e o ano de fabricação, e o nome da empresa fabricante do componente injetado.</p> <p>1.12 Estrutura interna do tampo: executada em chapa de aço carbono 18 (1,2mm) ou em alumínio com 1,5mm de espessura, contendo peças estampadas, dobradas e soldadas entre si, formando um conjunto único para estruturação do tampo, apoio do monitor e fixação das dobradiças em tinta em pó híbrida epóxi / poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, com espessura mínima aplicada de 40 micrometros na cor PRETA.</p> <p>1.13 Bandeja Inferior: Posicionada abaixo do tampo basculante para acomodar e guardar equipamentos do tipo laptop com telas de até 14” e/ou outros componentes eletroeletrônicos compatíveis com as atividades das disciplinas realizadas na sala de aula. Possui tomada interna para energização de equipamento do tipo laptop ou outros quando utilizado, cabo de segurança em aço com trava de chaves para fixação padrão e</p>	MÓDULO	32



		<p>segurança de equipamentos do tipo laptops e fechadura do tampo para proteção dos equipamentos quando esses não estiverem em uso. Espaço útil mínimo de 420mm x 330mm x 40mm com o tampo fechado.</p> <p>1.14 Estrutura da Carteira: composta de 2 montantes verticais, sendo 1 em cada lado da carteira, executados em tubos de aço carbono laminado a frio, com costura, cada montante contém 2 tubos de secção oblonga, sendo um de 29x58mm e outro de 20x48mm em chapa 16 (1,5mm) e travessa longitudinal em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção quadrada de 30 x 30mm, em chapa 16 (1,5mm); travessa superior confeccionada em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, curvado em formato de “C”, com secção circular de $\varnothing = 31,75\text{mm}$ (1 ¼”), em chapa 16 (1,5mm); pés confeccionados em tubo de aço carbono laminado à frio, com costura, secção circular de $\varnothing = 38\text{mm}$ (1 ½”), em chapa 16 (1,5mm); nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas; pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida epóxi / poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, com espessura mínima aplicada de 40 micrometros na cor CINZA.</p> <p>1.15 Sistema de regulagem de altura da estrutura: constituída de ferragem metálica regulável com 3 níveis de regulagem, embutida de forma invisível nos 2 montantes verticais, sendo, uma ferragem em cada montante, interligando internamente os tubos de secção oblongas de 29x58mm com os de secção oblongas 20x48mm. Sendo que, os tubos de secção menor posicionados na área superior da carteira, deslizam para área interna dos tubos de secção maior posicionados na área inferior da carteira. Canopla executada em polipropileno, para acabamento entre os montantes de secção menor (superior) e maior (inferior) colaborando com a estabilidade da estrutura e auxiliando na regulagem. A regulagem é efetuada de forma manual, sem o auxílio de ferramentas, elevando a parte superior da carteira até o nível desejado ou até o nível mais elevado para destravar o articulador interno e retornar à posição mais baixa. O sistema de regulagem de altura da estrutura permite que o tampo da carteira atinja as alturas 644, 710 e 760mm correspondentes aos tamanhos 04, 05 e 06 em conformidade com a NBR14006 - Móveis Escolares Cadeiras e Mesas para Aluno Individual.</p>		
--	--	--	--	--



	<p>1.16 Articulação do tampo: por meio de 2 dobradiças fixadas na estrutura da carteira e na face inferior do tampo. Possuir sistema de contenção através de travas para evitar o fechamento do tampo em momentos inadequados. Acabamento em pintura epóxi na cor cinza.</p> <p>1.17 Fixação das sapatas: (frontal e posterior) aos pés através de rebites de repuxo, Ø = 4,8mm, comprimento de 12mm;</p> <p>1.18 Ponteiras e sapatas: em polipropileno copolímero virgem e sem cargas, injetadas, fixadas à estrutura através de encaixe; os moldes das ponteiras e sapatas deverão possuir o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero, datador de lotes, indicando mês e ano de fabricação e o nome da empresa fabricante do componente injetado.</p> <p>1.19 Sistema elétrico para alimentação: Ligação elétrica efetuada por meio de cabos em sistema de cascadeamento entre uma carteira e outra, ou seja, a interligação se dá através de uma entrada de energia de uma carteira com a entrada de energia da carteira posterior em linha e por fila, até chegar ao ponto de alimentação elétrica gerenciada pelo módulo de controle de corrente posicionado no fundo da sala de aula. Sendo assim, a alimentação elétrica acontece em linha, sendo um ponto de alimentação elétrica por fila de Carteiras.</p> <p>1.20 Dimensões aproximadas: Largura 607 x Profundidade 465 x Alturas 644 / 710 / 760mm (Dimensões do tampo na posição horizontal)</p> <p>1.11 CADEIRA: Assento e encosto: constituído em polipropileno copolímero virgem e sem recargas, injetados, moldados anatomicamente; os moldes do assento e encosto deverão possuir o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero, datador de lotes indicando mês e ano de fabricação e o nome da empresa fabricante do componente injetado. Estrutura: constituída em tubo de aço carbono laminado à frio, com costura Ø 20,7mm, em chapa 14 (1,9mm); nas partes metálicas deverá ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegura resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no mínimo 300 horas. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso que assegure resistência à corrosão em câmara de névoa salina de no</p>		
--	---	--	--



		<p>mínimo 300 horas; pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida epóxi / poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, com espessura mínima aplicada de 40 micrometros.</p> <p>Porta-livros: Composto por 02 travessas em tubo de aço Ø7/8", sendo 01 frontal e 01 traseira, e 05 travessas em aço trefilado de Ø1/4".</p> <p>Fixação do assento e encosto à estrutura: através de rebites de repuxo.</p> <p>Ponteiras e sapatas: em polipropileno copolímero virgem e sem cargas, fixadas à estrutura através de encaixe e pino expansor; os moldes das ponteiras e sapatas deverão possuir o símbolo internacional de reciclagem, apresentando o número identificador do polímero, datador de lotes indicando o mês e ano de fabricação e o nome da empresa fabricante do componente injetado.</p> <p>Dimensões aproximadas: Encosto: Largura 430 x Altura 250mm Assento: Largura 490 x Profundidade 430mm Altura até o assento: 430 mm</p>		
02	464971	<p>5. Módulo de controle de corrente elétrica para sala para até 50 mesas simultaneamente</p> <p>Conjunto de componentes elétricos e eletrônicos instalados em painel apropriado e normatizado posicionado sobre tomada elétrica de 20 A existente em parede da sala de aula e fixada na parede por meio de parafusos.</p>	MÓDULO	1
03	468960	<p>6. Caixa de tomadas: Conjunto de componentes elétricos e eletrônicos instalados em painel apropriado (caixa) e normatizado posicionado sobre parede posterior da sala de aula e fixada por meio de parafusos, sendo, uma caixa por fila de carteiras. Cada caixa possui uma tomada de 10A sendo posicionadas em alinhamento com as filas de carteiras, e interligadas entre si e com o Módulo de Controle de Corrente Elétrica com fiação de 2,5mm² e canaleta metálica.</p>	CAIXA	5
04	469726	<p>4. Estação interativa digital com servidor multimídia e conteúdo pedagógico em sala de aula</p>	ESTAÇÃO	1



	<p>5.1 Combinação apropriada de hardware computadorizado com alta capacidade de processamento, uma tela de 55 polegadas controlada através de toque em estrutura auto ajustável em altura e ângulo que proporcionará diferentes oportunidades de interação e acessibilidade entre professor e alunos.</p> <p>5.2 Características construtivas: Estrutura única executada em chapa de aço carbono onde todas as ferramentas de aprendizagem são organizadas de maneira prática e lógica. Deverá possibilitar o ajuste de inclinação de tela de 0° a 90° da tela de forma automatizado através de sistemas móveis por acionamento elétricos que proporcionam a livre configuração para melhor acessibilidade e deslocamento através de sistema de 4 rodízios com freios. Variação de altura do centro de tela ajustável entre 0,82 a 1,36 metros através do deslocamento da estrutura de forma automática. Tela de toque colorida com dimensão de 55", Tecnologia LED. 4.3, Resolução máxima de 1920 x 1080, Brilho de 350cd/m2, Contraste 1400:1, Tempo de resposta:8ms, Ângulo de visão: 178°. Computador integrado com características compatíveis com Processador I5-7200,, Memória RAM de 8G, HD: 500G. Porta HDMI, Porta VGA, Portas USB 2.0 e 3.0, sendo 2 de cada, Porta LAN, Conexão entrada de microfone e saída de autofalantes, Conexão Wifi. Tela com comando através de sistema de toque através de detector infravermelho 10 pontos, Tempo de resposta de 6 ms, Resolução de 32768x32768. Câmera digital integrada. Sistema operacional Windows 10. Atendimento às normas de segurança NR10, NR12 e correlatas.</p> <p>Objetos digitais interativos: A estação interativa digital deverá dispor desde a sua origem de uma ferramenta apropriada para realizar a gestão e organização dos arquivos e objetos digitais presentes na estação interativa digital e todos aqueles que poderão ser instalados futuramente com a finalidade manter a padronização e a eficiência necessária no uso de espaço disponível no disco rígido e entre as características e</p>		
--	---	--	--



	<p>funcionalidades principais deste recurso destacam se:</p> <ul style="list-style-type: none">• Ser uma ferramenta de aprendizagem em formato digital com possibilidade de interação com os usuários através de uma divisão de ambientes com acesso prático e lógico.• Manutenção da segurança no acesso aos arquivos e informações geradas e armazenadas no dispositivo através do acesso pessoal com uso de login e senha.• Praticidade no contato, manutenção e atualização do sistema pelo provedor através de acesso online quando necessário através do canal de contato com o fornecedor online.• Disponibilização de um ambiente organizado e padronizado para todos os usuários através de ambientes, janelas, pastas e subpastas organizadas e subdivididas de acordo com a aplicação de cada recurso digital.• Conjunto de recursos educacionais digitais e atividades referenciadas <p>○ Licença de uso, perfil professor, de plataforma educacional com oferta de conteúdo e recursos educacionais digitais que promovam a implantação de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TEDIC). Plataforma de instalação em servidor local apropriado e uso por tempo ilimitado, com propósito de apoiar o professor no processo de ensino baseado em conteúdos e avaliações de forma sequencial pré-estruturada através de trilhas de conteúdo associadas a atividades e avaliações, com informações de progresso do aluno para uso do professor.</p> <p>Disponibilidade de acesso ilimitado não simultâneo para 01 professor por licença.</p> <p>Solução para a promoção de aprendizagem significativas, baseada em tecnologias digitais da informação e comunicação, para a implementação de metodologias de ensino ativas alinhadas com o processo de ensino-aprendizagem à realidade dos estudantes e despertar o maior interesse e engajamento dos alunos em todas nas etapas do</p>		
--	--	--	--



		<p>Ensino Fundamental Anos iniciais da Educação Básica.</p> <p>As atividades propostas deverão ser apresentadas em formato impresso e digitais que serão a fonte interativa de informações e instruções para desenvolvimento propostos. Aplica se nesta ferramenta recursos do tipo games, animações, ações em 2D, 3D, vídeos, questionários e banco de informações.</p> <p>Os recursos educacionais digitais que compõe a solução deverão promover a interpretação, implementação e experimentação prática de propostas de atividades pautadas em eixos, conceitos e habilidades alinhadas à BNCC e para o desenvolvimento de competências de exploração e de uso das tecnologias nas escolas.</p> <p>Os eixo e conceitos destacados deverão contemplar:</p> <p>Eixo: Cultura Digital</p> <ul style="list-style-type: none">○ Conceitos: Letramento digital, cidadania digital e tecnologia e sociedade. <p>Eixo: Tecnologia Digital.</p> <ul style="list-style-type: none">○ Conceitos: Representação de dados, hardware e software e comunicações e redes. <p>Eixo: Pensamento Computacional.</p> <ul style="list-style-type: none">○ Conceitos: Abstração, algoritmo, decomposição e reconhecimento de padrões. <p><u>Características Técnicas</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Organização de atividades por ano do Ensino Fundamental Anos iniciais e Finais da Educação Básica, sendo do 1º ao 9º.• Apresentar no mínimo 10 atividades para cada ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais correlacionadas aos conceitos de cada eixo.• Disponibilizar roteiro do professor impresso compatível com a proposta correlata digital (quando pertinente) para cada atividade com		
--	--	---	--	--



		<p>informações que identifiquem a(s) habilidade(s) referente a BNCC e a competência geral BNCC a que está alinhado, bem como a orientação de execução.</p> <ul style="list-style-type: none">• Todos os roteiros impressos deverão estar agrupados em um único volume não consumível.• Distribuição modularizada de atividades, de forma que elas possam ser combinados e configuradas de diferentes maneiras, para atender a necessidades específicas de cada atividade planejada.• Utilização “off-line”, dispensa conexão internet.• Contemplar áreas e subáreas relativas com disponibilidade de acesso a ferramentas e atividades em variados formatos tais como:<ul style="list-style-type: none">○ Conteúdo informativo e complementar: Vídeos e Textos.○ Conteúdo Interativo: Interatividade 2D e 3D○ Sistema de avaliações.• Sistema organizacional e matriz dinâmica que contemple a livre escolha pelo usuário entre todos os eixos e conceitos em atendimento a referência de TEDICs na BNCC para o Ensino Fundamental I e II.		
05	331503	<p>Licença de uso, perfil aluno, de plataforma educacional com oferta de conteúdo e recursos educacionais digitais que promovam a implantação de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TEDIC).</p> <p>Plataforma de instalação em servidor local apropriado e uso por tempo ilimitado, com propósito de apoiar o professor no processo de ensino baseado em conteúdos e avaliações de forma sequencial pré-estruturada através de trilhas de conteúdo associadas a atividades e avaliações, com informações de progresso do aluno para uso do professor.</p> <p>Disponibilidade de acesso ilimitado não simultâneo para 01 aluno por licença.</p> <p>Solução para a promoção de aprendizagem significativas, baseada em tecnologias digitais da informação e comunicação, para a implementação</p>	LICENÇA DE USO	32



		<p>de metodologias de ensino ativas alinhadas com o processo de ensino-aprendizagem à realidade dos estudantes e despertar o maior interesse e engajamento dos alunos em todas as etapas do Ensino Fundamental Anos iniciais da Educação Básica.</p> <p>As atividades propostas deverão ser apresentadas em formato impresso e digitais que serão a fonte interativa de informações e instruções para desenvolvimento propostos. Aplica se nesta ferramenta recursos do tipo games, animações, ações em 2D, 3D, vídeos, questionários e banco de informações.</p> <p>Os recursos educacionais digitais que compõe a solução deverão promover a interpretação, implementação e experimentação prática de propostas de atividades pautadas em eixos, conceitos e habilidades alinhadas à BNCC e para o desenvolvimento de competências de exploração e de uso das tecnologias nas escolas.</p> <p>Os eixo e conceitos destacados deverão contemplar:</p> <p>Eixo: Cultura Digital</p> <ul style="list-style-type: none">○ Conceitos: Letramento digital, cidadania digital e tecnologia e sociedade. <p>Eixo: Tecnologia Digital.</p> <ul style="list-style-type: none">○ Conceitos: Representação de dados, hardware e software e comunicações e redes. <p>Eixo: Pensamento Computacional.</p> <ul style="list-style-type: none">○ Conceitos: Abstração, algoritmo, decomposição e reconhecimento de padrões. <p><u>Características Técnicas</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Organização de atividades por ano do Ensino Fundamental Anos iniciais da Educação Básica, sendo do 1º ao 5º.• Apresentar no mínimo 10 atividades para cada ano do Ensino Fundamental Anos		
--	--	---	--	--





		<p>Iniciais correlacionadas aos conceitos de cada eixo.</p> <ul style="list-style-type: none">• Disponibilizar roteiro impresso compatível com a proposta correlata digital (quando pertinente) para cada atividade com informações que identifiquem a(s) habilidade(s) referente a BNCC e a competência geral BNCC a que está alinhado, bem como a orientação de execução.• Todos os roteiros impressos deverão estar agrupados em um único volume não consumível.• Distribuição modularizada de atividades, de forma que elas possam ser combinados e configuradas de diferentes maneiras, para atender a necessidades específicas de cada atividade planejada.• Utilização “off-line”, dispensa conexão internet.• Contemplar áreas e subáreas relativas com disponibilidade de acesso a ferramentas e atividades em variados formatos tais como:<ul style="list-style-type: none">○ Conteúdo informativo e complementar: Vídeos e Textos.○ Conteúdo Interativo: Interatividade 2D e 3D○ Sistema de avaliações.• Sistema organizacional e matriz dinâmica que contemple a livre escolha pelo usuário entre todos os eixos e conceitos em atendimento a referência de TEDICs na BNCC para o Ensino Fundamental Anos Iniciais. <p>Esta aplicação deverá ser executada em computadores (Windows 7 e posteriores e Linux) através de acesso por rede local e liberação de uso através de dispositivo próprio de segurança do tipo hard lock.</p>		
06	331503	Licença de uso, perfil aluno, de plataforma educacional com oferta de conteúdo e recursos educacionais digitais que promovam a implantação de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TEDIC).	LICENÇA DE USO	32



		<p>Plataforma de instalação em servidor local apropriado e uso por tempo ilimitado, com propósito de apoiar o professor no processo de ensino baseado em conteúdos e avaliações de forma sequencial pré-estruturada através de trilhas de conteúdo associadas a atividades e avaliações, com informações de progresso do aluno para uso do professor.</p> <p>Disponibilidade de acesso ilimitado não simultâneo para 01 aluno por licença.</p> <p>Solução para a promoção de aprendizagem significativas, baseada em tecnologias digitais da informação e comunicação, para a implementação de metodologias de ensino ativas alinhadas com o processo de ensino-aprendizagem à realidade dos estudantes e despertar o maior interesse e engajamento dos alunos em todas as etapas do Ensino Fundamental Anos finais da Educação Básica.</p> <p>As atividades propostas deverão ser apresentadas em formato impresso e digitais que serão a fonte interativa de informações e instruções para desenvolvimento propostos. Aplica se nesta ferramenta recursos do tipo games, animações, ações em 2D, 3D, vídeos, questionários e banco de informações.</p> <p>Os recursos educacionais digitais que compõe a solução deverão promover a interpretação, implementação e experimentação prática de propostas de atividades pautadas em eixos, conceitos e habilidades alinhadas à BNCC e para o desenvolvimento de competências de exploração e de uso das tecnologias nas escolas.</p> <p>Os eixo e conceitos destacados deverão contemplar:</p> <p>Eixo: Cultura Digital</p> <ul style="list-style-type: none">○ Conceitos: Letramento digital, cidadania digital e tecnologia e sociedade. <p>Eixo: Tecnologia Digital.</p>		
--	--	---	--	--



	<ul style="list-style-type: none">○ Conceitos: Representação de dados, hardware e software e comunicações e redes. <p>Eixo: Pensamento Computacional.</p> <ul style="list-style-type: none">○ Conceitos: Abstração, algoritmo, decomposição e reconhecimento de padrões. <p><u>Características Técnicas</u></p> <ul style="list-style-type: none">● Organização de atividades por ano do Ensino Fundamental Anos finais da Educação Básica, sendo do 6º ao 9º.● Apresentar no mínimo 10 atividades para cada ano do Ensino Fundamental Anos Finais correlacionadas aos conceitos de cada eixo.● Disponibilizar roteiro impresso compatível com a proposta correlata digital (quando pertinente) para cada atividade com informações que identifiquem a(s) habilidade(s) referente a BNCC e a competência geral BNCC a que está alinhado, bem como a orientação de execução.● Todos os roteiros impressos deverão estar agrupados em um único volume não consumível.● Distribuição modularizada de atividades, de forma que elas possam ser combinados e configuradas de diferentes maneiras, para atender a necessidades específicas de cada atividade planejada.● Utilização “off-line”, dispensa conexão internet.● Contemplar áreas e subáreas relativas com disponibilidade de acesso a ferramentas e atividades em variados formatos tais como:<ul style="list-style-type: none">○ Conteúdo informativo e complementar: Vídeos e Textos.○ Conteúdo Interativo: Interatividade 2D e 3D○ Sistema de avaliações.● Sistema organizacional e matriz dinâmica que contemple a livre escolha pelo usuário entre todos os eixos e conceitos em atendimento a referência de TEDICs na		
--	--	--	--



		<p>BNCC para o Ensino Fundamental Anos Finais.</p> <p>Esta aplicação deverá ser executada em computadores (Windows 7 e posteriores e Linux) através de acesso por rede local e liberação de uso através de dispositivo próprio de segurança do tipo hard lock.</p>		
07	16888	<p>Conjunto de recursos educacionais de interação formado por:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 Recurso de interação por realidade aumentada para atividades vinculadas com a matemática e Tangram. Utilização de aplicativo de inteligência de interpretação de imagens instalável em dispositivos do tipo smartphones ou tablets com sistema IOs ou Android. A proposta deverá contemplar o fornecimento de material impresso, suporte para dispositivos, manual de utilização e recurso físico direcionador de câmera por espelhamento de imagens para reconhecimento de objetos impressos.• 01 Recurso de interação por realidade aumentada para atividades vinculadas com exploração de temas relacionados a ciências e animais através de 24 cartas de imagens e 24 cartas de questões relacionadas ao tema. Utilização de aplicativo de inteligência de interpretação de imagens instalável em dispositivos do tipo smartphones ou tablets com sistema IOs ou Android. A proposta deverá contemplar o fornecimento de material impresso, suporte para dispositivos, manual de utilização e recurso físico direcionador de câmera por espelhamento de imagens para reconhecimento de objetos impressos.• 01 Recurso de interação por realidade aumentada para atividades vinculadas com exploração de temas relacionados a língua estrangeira, inglês, e sua fonética através de 52 cartas de imagens de letras do alfabeto e 50 cartas interativas de jogos relacionadas ao tema. Utilização de aplicativo de inteligência de interpretação de imagens instalável em dispositivos do tipo smartphones ou tablets com sistema IOs ou Android. A proposta deverá contemplar o fornecimento de material impresso, suporte para dispositivos, manual de utilização e recurso físico direcionador de câmera por espelhamento de imagens para reconhecimento de objetos impressos.• Conjunto de recursos educacionais para exploração de metodologia Maker e	CONJUNT O	4



		<p>STEAM (Ciências, Tecnologias, Engenharia, Artes e Matemática, formado por peças de MDF montáveis através de encaixe, componentes eletro-eletrônico quando pertinente e roteiro de instruções com o propósito de:</p> <ul style="list-style-type: none">○ Sistema de exploração de orbitas do Sol e Lua em relação ao planeta Terra, formado por estrutura física em MDF e acessórios de isopor. Armazenado em caixa de papelão com dimensões aproximadas de 16,5x16,5x5,5 cm.○ Conjunto de interpretação de sistemas de transferência de dados e telégrafos, formado por estrutura física em MDF, suporte de pilhas e placas eletrônicas. Armazenado em caixa de papelão com dimensões aproximadas de 16,5x16,5x5,5 cm.○ Sistema de detecção sísmica com sensor de vibração, formado por estrutura física em MDF, suporte de pilhas e placas eletrônicas. Armazenado em caixa de papelão com dimensões aproximadas de 16,5x16,5x5,5 cm.○ Sistema de estudo de geradores elétricos formado por estrutura física em MDF, motor gerador DC, LEDs indicadores e placas eletrônicas. Armazenado em caixa de papelão com dimensões aproximadas de 16,5x16,5x5,5 cm.○ Sistema de estudo de transferência de energia por meios pneumáticos/hidráulicos, construção de uma escavadeira por estrutura física em MDF, cânulas de transferência de fluidos e seringas. Armazenado em caixa de papelão com dimensões aproximadas de 16,5x16,5x5,5 cm.○ Sistemas automatizado de geração de bolhas de sabão formado por estrutura física em MDF, matriz de formação de bolhas em plástico e acessórios. Armazenado em caixa de papelão com dimensões aproximadas de 16,5x16,5x5,5 cm.○ Sistema de estudo de controle de tráfego formado por estrutura física em MDF, LEDs indicadores e placas eletrônicas. Armazenado em caixa de papelão com dimensões aproximadas de 16,5x16,5x5,5 cm.○ Sistema de estudo carrossel formado por estrutura física em		
--	--	--	--	--





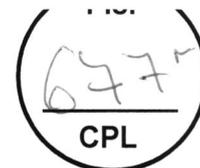
		MDF, compoennets plásticos, motor DC e suporte para pilhas. Armazenado em caixa de papelão com dimensões aproximadas de 16,5x16,5x5,5 cm.		
08	469224	Impressora 3D de prototipagem rápida com as seguintes características mínimas: Uso da tecnologia de fabricação por filamento fundido; interface USB; Tensão de operação bi volt 110 v/220v; Zona de impressão: 220 x 220 e alutra de 240 mm. Precisão mínima com relação à altura de camadas de 0,4mm; Utilizar ABS/PLA com diâmetro de 1,75mm. Mesa com controle de aquecimento, 01 bico de extrusão, temperatura máxima de fusão de 100°C. Peso 8 Kg, dimensões aproximadas: 40x50x45 cm. Garantia de 12 meses.	UNIDADE	1
09	16888	Recurso educacional para estudo e prática de linguagem de programação. Solução proposta para aplicação no Ensino Fundamental I e II da Educação Básica e composta por um robô capaz de ler e interpretar códigos impressos em blocos de codificação impressos, 02 mapas de programação, 45 cartas de blocos de codificação, 05 cartas de funcionamento básico do robô e mapas de labirinto e linha e roteiros para organização de propostas pedagógicas. A aplicação é baseada na proposta de programação Scratch, onde um robô eletétrico fabricado em material plástico ABS com capacidade de deslocamento autônomo através de motores e de leitura e interpretação de códigos mapeados em sequencia de cartas definie a rotina deste.	RECURSO EDUCACIONAL PARA ESTUDO	4



10	4246 98	Conjunto de mesa e cadeira para professor padrão CJP-01 Conjunto Escolar de mesa e cadeira padrão FNDE CJP-01 – composto de: 14.1 Mesa: Tampo em MDP ou MDF, com espessura de 18 mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8 mm de espessura, acabamento texturizado, na cor CINZA, cantos arredondados. Dimensões acabadas de 250 mm (altura) x 1119 mm (comprimento) x 18 mm (espessura) +/- 2 mm para largura e comprimento e +/-0,6 mm para espessura. 14.2 Cadeira: Assento e encosto em polipropileno copolímero virgem e sem cargas, injetados, moldados anatomicamente, pigmentados na cor CINZA.	CONJUNTO DE MESA E CADEIRA	1
11	469956	Quadro branco para sala de aula: Lousa para escrita manual e para projeção de imagens, área branca com diagonal mínima para projeção de 77 polegadas (formato: 4:3). Suporte para apagador com cantos arredondados, removível e deslizante com aproximadamente 40cm de comprimento, com sistema de fixação invisível. Dimensões Externas Aproximadas: Largura 1.800 x Altura 1.350mm	UNIDADE	1

OBSERVAÇÃO: OS ITENS SUPRACITADOS CORRESPONDEM A COMPOSIÇÃO DE UMA SALA MULTIFUNCIONAL NO VALOR ESTIMADO DE R\$ 163.250,65. SENDO QUE A REFERIDA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE CONJUNTO ESCOLAR MULTIFUNCIONAL CORRESPONDE AO TOTAL DE 30 (TRINTA) SALAS, NO VALOR TOTAL ESTIMADO DE R\$ 4.897.519,50

2.2 Do preço registrado, especificações do objeto, quantidade e demais condições ofertadas na proposta



OBJETO					
Item	Descrição do Objeto	Unidade	Quant.	Preço Unitário Registrado (R\$)	Total (R\$)

2.3 Dados dos fornecedores classificados

CNPJ/MF nº:		Razão Social:			
Endereço:		CEP:			
Telefone: (99)		Fax:			
Endereço Eletrônico:		Representante:			
RG nº	Órgão Expedidor/UF:	CPF nº			

2.4 Órgãos Participantes

Secretaria Municipal de Educação – SEMED

3. DA VALIDADE DA ATA

3.1 A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir de _____, não podendo ser prorrogada.

4. DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Caberá à Superintendência de Registro de Preços da Comissão Permanente de Licitação o gerenciamento desta Ata, no seu aspecto operacional e nas questões legais, em conformidade com as normas do Decreto Municipal nº 13, de 31 de março de 2015.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Os preços registrados são os preços unitários ofertados pelos signatários desta Ata.

5.2 Os preços registrados, bem como o registro dos licitantes que aceitaram cotar os materiais com preços iguais aos do licitante vencedor, estão relacionados na ata de realização da sessão pública do **Pregão Eletrônico nº 036/2020**, que é parte integrante desta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

6 DA UTILIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A presente ata implica em compromisso de fornecimento, após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o fornecedor obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante sua validade, dentro dos quantitativos estimados.

6.2 O ajuste com os fornecedores registrados será formalizado pelos interessados mediante





- assinatura de Contrato, observadas as disposições contidas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 036/2020**.
- 6.3 Em decorrência da publicação desta Ata, o participante do SRP poderá firmar contrato com os fornecedores que tiveram os preços registrados, devendo comunicar ao órgão gestor a recusa daquele em fornecer os materiais no prazo estabelecido pelos órgãos participantes.
- 6.4 O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato
- 6.5 Caso o fornecedor classificado em primeiro lugar não cumpra o prazo estabelecido ou se recuse a executar o fornecimento, terá o seu registro de preço cancelado, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no instrumento contratual. Neste caso, o órgão participante comunicará ao órgão gestor, competindo a este convocar sucessivamente, por ordem de classificação, os demais fornecedores.
- 6.6 O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a:
- 6.6.1 atender os pedidos efetuados pelos órgãos participantes do SRP;
 - 6.6.2 fornecer os materiais, por preço unitário registrado, nas quantidades indicadas pelo participante do SRP, não podendo ultrapassar o quantitativo registrado;
 - 6.6.3 responder, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, à consultas do órgão gestor do registro de preços sobre a pretensão de órgão não participante em aderir à presente Ata (carona).

7 DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 7.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e dos fornecedores registrados, sanções e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Termo de Referência e no Edital do **Pregão Eletrônico 036/2020**.

8 DO DECRETO Nº 03 DE 21 DE JANEIRO DE 2019

- 8.1 O Decreto nº 03 de 21 de janeiro de 2019 alterou alguns dispositivos do Decreto nº 13/2015 que trata sobre o Sistema de Registro de Preço, passando a estabelecer que as aquisições e contratações não poderá exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento do quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrado nesta Ata de Registro de Preço, bem como estabeleceu que o instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, conforme disposto no art. 22, §§ 3º e 4º do presente Decreto:

Art. 22 [...]

§3º As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigonão poderá exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.



§4º O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos não participantes que aderirem.

9 DA DIVULGAÇÃO

9.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços no site do Município, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

9.2. Registre-se que, no âmbito do pregão, caso o primeiro colocado se recuse a assinar o contrato, a Administração deve convocar os licitantes subsequentes para negociar, na ordem de classificação, sem que exista a obrigatoriedade destes em igualar a proposta inicialmente vencedora, conforme disposto no art. 27, § 3º, do Decreto 5450/05 e Decreto 013/2015.

9.2.1. Art. 27, § 3º O vencedor da licitação que não fizer a comprovação referida no § 2º ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

9.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Imperatriz (MA), ____ de _____ de 2020.

FRANCISCO SENA LEAL

PRESIDENTE - CPL

SHAMARA GOMES DE SOUSA LEAL

SUPERINTENDENTE DE REGISTRO DE
PREÇOS - CPL

Empresa



ANEXO VI
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2020 - SEMED

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE CONJUNTO ESCOLAR MULTIFUNCIONAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONTIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA. QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 2020, de um lado, o **MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ**, CNPJ/MF nº 06.158.455/0001-16, localizado na Rua Rui Barbosa, nº 201, Centro, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, neste ato representada pelo seu Secretário Municipal, o Sr. **JOSÉ ANTÔNIO SILVA PEREIRA**, brasileiro, agente político, portador do RG nº 338294945 SSP/MA e do CPF nº 269.739.603-91, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, CNPJ/MF nº _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, Bairro _____, neste ato, representada pelo, Sr. _____, portador do RG n.º _____ e do CPF/MF n.º _____, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo n.º 02.04.00.1498/2020 - SEMED** e proposta apresentada, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição na parte em que com este não conflitar, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Contrato, regido pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste a Contratação de pessoa jurídica especializada em fornecimento de Conjunto Escolar multifuncional,, para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme quantitativos descritos no termo de referência com motivação no processo administrativo nº **02.04.00.1498/2020- SEMED**, e em conformidade com o Pregão Eletrônico nº 036/2020-CPL e seus anexos, que independente de transcrição integram este instrumento



para todos os fins e efeitos legais. O presente contrato está consubstanciado no procedimento licitatório realizado na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. Na execução do objeto do presente contrato, obriga-se a Contratada a emendar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, obrigando-se ainda, além das obrigações estabelecidas no Anexo I do Termo de Referência, a:

2.1.1. Iniciar a o fornecimento dos materiais logo após o recebimento da “Ordem de Fornecimento e/ou Serviços”, emitida pela Contratante, de forma parcelada, a qual vigorará até 31(trinta e um) de dezembro do ano em que for formalizado o contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, através de termo aditivo

2.1.2. Respeitar o prazo estipulado para a execução do objeto, conforme estabelecido no Termo de Referência e na proposta da Contratada.

2.1.3. Observar o prazo máximo no qual a Contratada ficará obrigada a executar o objeto, conforme cláusula décima do contrato.

2.1.4. Comunicar à fiscalização do Contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas a execução do contrato ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do objeto.

2.1.5. Facilitar à Fiscalização o acesso aos procedimentos e técnicas adotados.

2.1.6. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

2.1.7. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando os comprovantes que lhe forem solicitados pelo Contratante, devendo comunicar ao Contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

2.1.8. A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a notificação da Contratada, sob pena das sanções previstas no art.º 81 na Lei 8.666/93.

2.1.9. A recusa injustificada do homologatório em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

2.1.10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para a execução dos serviços, nos termos do § 1º; do art. 65 da Lei 8.666/93.



- 2.1.11. Executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 8.666/93, respondendo pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.
- 2.1.12. Indicar, em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, 01 (um) preposto como seu representante, conforme elenca o artigo 68, da Lei 8666/93, aceito pela Administração, que deverá se reportar diretamente ao Gestor do Contrato, pessoalmente e/ou via eletrônica/telefone, para acompanhar e se responsabilizar pela execução do objeto.
- 2.1.13. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 2.1.14. Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, às suas custas e riscos, num prazo de no máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação do Contratante, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições, decorrente de culpa da Contratada no ato da execução do objeto.
- 2.1.15. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 2.1.16. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive os decorrentes de aquisições com vícios ou defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o prazo.
- 2.1.17. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do objeto do contrato.
- 2.1.18. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere ao Contratante ou a terceiros a responsabilidade por seu pagamento.
- 2.1.19. Não transferir a terceiros, total ou parcial, a execução do objeto.
- 2.1.20. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho de seus funcionários.
- 2.1.21. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.
- 2.1.22. Pagar todas as despesas, tais como taxas, impostos, tributos, fretes, seguros, mão-de-obra, garantia e todas as despesas decorrentes da contratação.
- 2.1.23. Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.



- 2.1.24. Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.
- 2.1.25. Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento e prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados.
- 2.1.26. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, bem como por todas as despesas decorrentes do fornecimento do objeto tais como: salários, seguro de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-transportes, vales-refeições, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei.
- 2.1.27. Responsabilizar-se ainda por todas as despesas com material, mão-de-obra, acidentes de trabalho, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, transportes, fretes, equipamentos, seguros, tributos, contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços contratados.
- 2.1.28. Responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do contrato.
- 2.1.29. Fornecer a seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, exigidos pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho - SSMT do MTE, bem como cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho.
- 2.1.30. Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários.
- 2.1.31. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do Contratante.
- 2.1.32. Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega, inclusive o descarregamento dos materiais.
- 2.1.33. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração Municipal.
- 2.1.34. Entregar o objeto na Secretaria Municipal de Administração e Modernização ou outro local designado por esta.
- 2.1.35. Manter inalterados os preços e condições da proposta.
- 2.1.36. Lançar na nota fiscal as especificações dos produtos, de modo idêntico aqueles constantes na Ata de Registro de Preços.
- 2.1.37. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento da execução do contrato.
- 2.1.38. Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, no Edital e na Ata de Registro de Preços, inclusive quanto ao



compromisso do fornecimento dos materiais registrados, atendendo às solicitações do governo municipal.

2.1.39. Atender as demais condições descritas no Termo de Referência.

2.1.40. São expressamente vedadas à Contratada:

- a) a veiculação de publicidade acerca do avençado, salvo se houver prévia autorização do Município;
- b) a subcontratação para a execução do objeto deste contrato;
- c) a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, durante o período

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. Efetuar o pagamento na forma da cláusula quinta deste contrato, após o recebimento definitivo dos materiais e/ou serviços e verificação do cumprimento de todas as obrigações legais, fiscais, previdenciárias, trabalhistas e as demais disposições do Termo de Referência.

3.2. Designar um profissional, para, na qualidade de fiscal, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, na forma da cláusula décima primeira deste contrato.

3.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização do Contrato, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

3.4. Rejeitar os materiais cujas especificações não atendam os requisitos mínimos constantes do Anexo I do Termo de Referência.

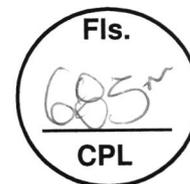
3.5. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes da execução do objeto do Termo de Referência, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

3.6. Informar a Contratada eventuais defeitos, identificados mesmo após o recebimento dos materiais e/ou serviços e exigir a sua substituição ou reparação, conforme o caso.

3.7. Comunicar prontamente à Contratada qualquer anormalidade na execução do Contrato, podendo recusar o recebimento do objeto, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

3.8. Verificar se a execução do objeto foi realizada com observação às disposições pertinentes no Termo de Referência, implicando, em caso negativo, no cancelamento do pagamento dos bens fornecidos.

3.9. Convocar regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o



direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

3.10. Verificar a regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor antes dos atos relativos à firtadura e gestão contratual, devendo o resultado dessa consulta ser impresso, sob a forma de extrato, e juntado aos autos, com a instrução processual necessária.

3.11. Expedir as Autorizações de Fornecimento.

3.12. Receber o objeto em dias úteis, no horário de 08h às 14h, no local determinado na requisição/autorização de fornecimento.

3.13. Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

3.14. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada para a fiel execução do contrato.

3.15. Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada, desde que estejam devidamente trajados com uniformes em nome da empresa e/ou crachá de identificação, para a entrega material.

3.16. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa executar o objeto de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência.

3.17. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

3.18. Prestar esclarecimentos que se fizerem necessários à Contratada.

3.19. Notificar previamente à Contratada, quando da aplicação de penalidades.

3.20. Aplicar à(s) licitante(s) vencedora(s) as sanções administrativas previstas na legislação.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

O futuro contrato que advir deste Edital, vigorará da data da sua assinatura até 31 de dezembro do ano do exercício financeiro em que for formalizado, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, através de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O valor do presente contrato é de R\$ _____ (_____).

5.2. O pagamento à Contratada será efetuado pela Secretaria da Fazenda e Gestão Orçamentária, por meio de transferência eletrônica ou ordem bancária, em até 30 (*trinta*) dias após a aceitação definitiva dos produtos, com apresentação das notas fiscais da Execução dos Serviços devidamente certificadas pelo Agente Público competente.



5.3. O pagamento deverá ser efetuado em parcelas proporcionais mediante a execução dos serviços, à medida que forem executados os mesmos, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.

5.4. Para fazer jus ao pagamento, a Contratada homologatória deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, com a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT), bem como a quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre os produtos contratados, inclusive quanto o Imposto sobre Serviços de Quaisquer Natureza - ISSQN.

5.5. Os preços incluem todas as despesas com impostos, seguros, fretes, taxas ou outros encargos eventualmente incidentes sobre os serviços, não podendo sofrer reajuste de qualquer natureza, exceto nas hipóteses, conforme o item 12 do Termo de Referência.

5.6. Caso o Contratante não demande o total da quantidade estimada, não será devida indenização a Contratada, observadas as prescrições da Lei nº 8.666/93.

5.7. A Contratada deverá apresentar pré-faturamento com detalhes dos fornecimentos e/ou prestação de serviços, para conferência por parte do Contratante e posterior aprovação para faturamento.

5.8. Depois de realizada conferência e aprovação do pré-faturamento, a Contratada deve emitir a nota fiscal/fatura relativa ao fornecimento em 02 (duas) vias, que deverão ser entregues na Secretaria de Administração e Modernização, situada na Rua Urbano Santos, nº 1657, Juçara, Imperatriz- MA, CEP 65.900-505, para fins de liquidação e pagamento.

5.9. Para fins de pagamento, o Contratante responsabilizar-se-á apenas pelos fornecimentos e/ou serviços devidamente autorizados e certificados pelos gestores do contrato, mediante contabilização e apresentação, ao final de cada entrega ou período não inferior a um mês, pela Contratada, dos formulários de controle dos fornecimentos.

5.10. A atestação da fatura correspondente à prestação do serviço caberá ao fiscal do contrato ou outro servidor designado para esse fim.

5.11. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

5.11.1. A contagem do prazo para pagamento será reiniciada e contada da reapresentação e protocolização junto ao Fiscal do contrato do documento fiscal com as devidas correções, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional ao Contratante, nem deverá haver prejuízo da prestação de serviços pela Contratada.

5.12. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente qualquer obrigação documental ou financeira, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou atualização monetária.



5.13. O Contratante reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações do contrato.

5.14. O Contratante não fica obrigada a adquirir os materiais na totalidade do valor e das quantidades estimadas para a contratação, realizando o pagamento de acordo com o fornecimento efetivamente efetuado.

5.15. O Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas por esta, nos termos do contrato.

5.16. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

5.17. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA SEXTA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

Na licitação para registro de preço não é necessário indicar dotação orçamentária, o que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 7º, §2º, do Decreto Municipal 013/2015.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS MULTAS, SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, ao Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

7.1.1. Advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas no contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos ao Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.1.2. Multas:

7.1.2.1. 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor da dos materiais e/ou serviços com atraso. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, ao Contratante poderá decidir pela continuidade da aplicação da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

7.1.2.2. 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor global do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos ou qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas.



7.1.2.3. 5% (cinco por cento) por dia sobre o valor global do fato ocorrido, pelo não cumprimento de quaisquer condições de garantia estabelecido no contrato.

7.1.2.4. 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

7.1.2.5. 10 % (dez por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de rescisão contratual por inexecução parcial do contrato.

7.1.2.6. 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato - caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais - atraso superior ao prazo limite de 30 (trinta) dias.

7.1.3. Rescisão contratual unilateral, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

7.1.4. Rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração Pública.

7.1.5. Rescisão judicial, nos termos da legislação.

7.1.6. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos.

7.1.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A CONTRATADA responderá por perdas e danos que vier a sofrer ao Contratante, ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa da Contratada ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA NONA - O(s) material(is) deverá(ão) ser aceito(s), da seguinte forma:

9.1. PROVISORIAMENTE: no ato da entrega, para fins de posterior verificação da conformidade das especificações dos materiais com aqueles determinados nos Anexos I e II e do Termo de Referência e da proposta vencedora, oportunidade em que se observarão apenas as informações constantes da fatura e das embalagens, em confronto com a respectiva nota de empenho.

9.2. DEFINITIVAMENTE: no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação das especificações, qualidade e quantidades dos materiais e



conseqüentemente aceitação, mediante termo circunstanciado a ser elaborado pelo fiscal do contrato, a ser designado pelo Contratante.

9.3. O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

9.4. O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao município as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

10.1. A execução do objeto terá início logo após o recebimento da "Ordem de Fornecimento" emitida pelo Contratante, de forma parcelada, a qual vigorará até 31(trinta e um) de dezembro do exercício financeiro em que for formalizado, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, através de termo aditivo

10.2. O fornecimento dos bens será efetuado de forma parcelada, sob demanda, conforme a necessidade e de acordo com a conveniência da Administração, bem como da existência de disponibilidade orçamentária, nas quantidades e locais determinados pelo Contratante, por ocasião da emissão da solicitação formal, sendo de inteira responsabilidade da Contratada o ônus com a execução do objeto.

10.3. O fornecimento será executado observado o disposto no Anexo I e demais disposições do Termo de Referência.

10.4. A Contratada fica obrigada a entregar os materiais no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a solicitação formal pelo Contratante.

10.5. Os materiais entregues deverão estar acondicionados de forma compatível com sua conservação, em embalagens lacradas pelo fabricante.

10.6. O Contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, os materiais em desacordo com as especificações e condições do Termo de Referência, do Edital e do Contrato.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, na forma integral, serão feitos pela servidora Antônia Osanira Vitaliano dos Santos Lopes, Diretora Executiva, Chefe do Setor de Compras, matrícula nº 50.540-4, ou outros representantes, especialmente designados, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

11.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes a Administração.



11.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

11.4. A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

12.1. Durante a vigência do Contrato, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 ou no artigo 17 do Decreto Municipal nº 13/2015, de 31 de março de 2015.

12.2. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração, será efetuada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma da alínea "d" do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93.

13.1.1. Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- a) O não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados.
- c) A paralisação da execução do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.
- d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.
- e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil.
- g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato.
- i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o contrato.



j) A supressão, por parte da Administração, dos serviços, acarretando modificações do valor inicial do contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

m) A não-liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de serviços, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos.

n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ANTICORRUPÇÃO

I. Na execução do futuro Contrato é vedado à Secretaria e à Contratada e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), do U.S.





**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Fls.
692^r
CPL

ForeignCorruptPracticesAct de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Imperatriz - MA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Contrato.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pela Contratada e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Imperatriz (MA), ____ de ____ de 20 ____.

JOSÉ ANTÔNIO SILVA PEREIRA

CONTRATANTE

Secretário Municipal

CONTRATADO

Representante Legal

TESTEMUNHAS:

CPF _____

CPF _____